

Trabalho pode ser suspenso durante a seca

CORREIO BRAZILIENSE

O deputado Agnelo Queiroz (PC do B) elaborou um projeto que estabelece normas de controle sanitário durante o período de seca no Distrito Federal. De acordo com a proposta, sempre que o índice de umidade relativa do ar mais baixa for igual ou inferior a 12 por cento, por exemplo, os estabelecimentos deverão suspender seu expediente. Nos últimos dias a temperatura tem variado entre 17 e 30 graus e a umidade girou em torno dos 37 por cento, mas há 12 dias não chove no Planalto Central.

Segundo a matéria, aprovada esta semana pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa, nos períodos críticos da seca será decretado estado de alerta e as escolas deverão suspender suas aulas por cinco dias, e o trabalho nas repartições públicas e empresas privadas deverá ser paralisado por quatro horas — coincidindo com o horário em que se verifica o índice de menor umidade relativa do ar.

Agnelo Queiroz acredita que o projeto deverá ser apreciado ainda este mês pelo plenário da Câmara. Ele observa que propôs também outras normas de controle sanitário. Uma delas estabelece a obrigatoriedade do Governo do Distrito Federal de divulgar em todas as emissoras de rádio e televisão da cidade os índices pluviométricos acumulados desde o primeiro mês do ano, registrados pelo Departamento Nacional de

Meteorologia (Dnmet), além da divulgação sobre as medidas de saúde preventiva a serem adotadas com crianças, idosos, portadores de doenças renais, respiratórias, vasculares, cardíacas e outras.

Hospitais — O projeto do deputado Agnelo Queiroz determina também que o GDF divulgará o procedimento a ser adotado pelos postos de saúde e hospitais públicos para o rápido atendimento dos casos de desidratação, alterações bruscas de pressão, afecções renais e doenças respiratórias.

Outra medida, garante o fornecimento de água duas vezes ao dia nas localidades que ainda não dispuserem de redes de água e esgoto, através de caminhões-pipa. Quando houver interrupção do fornecimento do produto nos locais de trabalho — sem previsão de resolução imediata do problema, os empregados serão dispensados de suas atividades até que seja normalizada a situação.

De acordo com o deputado, estas medidas visam apenas garantir à população providências recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. "Elas evitam o aumento drástico de enfermos e de mortalidade infantil", afirma o parlamentar, ao citar que os habitantes do Norte da África, onde também existe clima tropical, criaram hábitos de vida adequados às condições climáticas.